

# Revista AduSP

Associação dos Docentes da USP

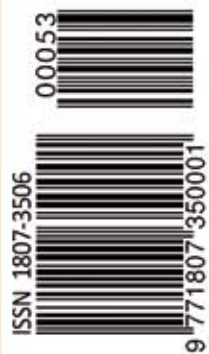
Seção Sindical da Andes-SN - Outubro de 2012 - Nº53

## TORTURAS E SUICÍDIO APÓS INVASÃO DA USP PELO EXÉRCITO EM 68

Alunos, os irmãos bolivianos Jorge Rafael (Politécnica) e Juan Antonio Carrasco Forrastal (Física) foram presos e torturados pelo II Exército. Hemofílico, Juan tinha a perna ortopédica arrancada nas sessões de tortura. Matou-se em 1972



JUAN E OS PAIS NO  
VIADUTO DO CHÁ (1965)



## UNIVERSIDADE

6

ENTREVISTA: LUIZ FREITAS

**“Agenda dos reformadores empresariais  
pode destruir a educação pública no Brasil”**

16

**Escola de Engenharia de Lorena, ingresso na USP ainda incompleto**

Renato Brandão

25

**Nova “procuradoria disciplinar” torna a repressão profissional**

Katia Abreu e Barbara Lopes

34

**“Nova ECA”, concebida “de cima para baixo”, é unanimidade negativa**

Rafael Nakamura

## CADERNO ESPECIAL

39

**Subsídios para uma Comissão da Verdade da USP**

41

**Ditadura matou 47 pessoas ligadas à USP, entre alunos e docentes**

46

**Razões de sobra para se criar a Comissão da Verdade da USP**

Camila Rodrigues da Silva

51

**Em memória de Ana Rosa Kucinski, assassinada pela Ditadura Militar**

Rogério Ferro e Camila Rodrigues da Silva

55

**ECA de Manuel Dias e Helda Barracco apagou os vestígios de Herzog**

Beatriz Vicentini

61

**Torturas do Exército levaram aluno Juan Forrastal ao suicídio**

Luiza Sansão

## BRASIL

71

**Polícia Militar mata à larga, como a repressão política na Ditadura**

Fausto Salvadori Filho

80

**Corporação de SP vê “glória” na repressão de rebeliões populares**

Henrique Carneiro

## EUROPA

88

**“Austeridade fiscal” fragiliza o ensino superior português**

Maurício Hashizume

95

**Na Espanha, a crise desmonta Universidade e sistema de pesquisa**

Marina Gonzalez

#### DIRETORIA

Heloísa Daruiz Borsari, César Augusto Minto, Elisabetta Antonietta R. M. C. Santoro,  
Carla Roberta Carvalho, Helder Garmes, Jessé de Oliveira, Marcelo Ventura Freire,  
Demóstenes Ferreira da Silva Filho, Sérgio Souto, Fabiana Cristina Severi

#### Comissão Editorial

Décio Crisol Donha, Dilma de Melo Silva, Flávio César Almeida Tavares, José Marcelino  
de Rezende Pinto, José Maria Pacheco, Luiz Menna-Barreto, Jessé D'Assunção Rebello  
de Souza Júnior, Maurilane de Souza Biccás, Osvaldo Coggiola

**Editor:** Pedro Estevam da Rocha Pomar

**Assistente de redação:** Mariana Queen Nwabasili

**Fotografia da capa:** Arquivo da família Carrasco Forrastal

**Editor de Arte:** Luís Ricardo Câmara

**Assistente de produção:** Rogério Yamamoto

**Secretaria:** Alexandra Moretti e Aparecida de Fátima dos R. Paiva

**Distribuição:** Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Tiragem: 6.000 exemplares

Gráfica: Referência Gráfica

Adusp - S. Sind.

Rua da Reitoria, 374

CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo - SP

Internet: <http://www.adusp.org.br> • E-mail: [imprensa@adusp.org.br](mailto:imprensa@adusp.org.br)

Telefones: (011) 3813-5573/3091-4465/3091-4466 • Fax: (011) 3814-1715

A Revista **Adusp** é uma publicação quadrimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da Diretoria da entidade.

Contribuições inéditas poderão ser aceitas, após avaliação pela Comissão Editorial.

# COMISSÃO DA VERDADE TAMBÉM NA USP

Quarenta e sete mortos ou desaparecidos políticos que possuíam algum vínculo com a Universidade. Diversos docentes e centenas, talvez milhares, de alunos presos e, em muitos casos, torturados — alguns dos quais, mesmo depois de libertados, foram atormentados por incessantes sofrimentos psíquicos ou sequelas físicas causadas pela tortura, e por esta razão morreram. Demissões, aposentadorias compulsórias, perseguições, delações, humilhações. Colaboração ativa de docentes em posição de mando com o regime dos generais, seja na formulação de leis, seja na composição do próprio governo ilegítimo.

Tudo isso ocorreu durante a Ditadura Militar, como já abordado preliminarmente e com riqueza de detalhes em edições anteriores desta revista (13, de 1998; 33, de 2004, e outras). É mais do que tempo, portanto, de se criar uma Comissão da Verdade da USP, capaz de apurar o envolvimento da instituição e de expoentes seus nas violações de direitos humanos praticadas pelo regime instalado em abril de 1964 — a propósito, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco saiu à frente e criou sua própria comissão, em 27 de setembro. Esta edição traz um caderno especial que pretende fornecer novos subsídios à Comissão da Verdade da USP, ainda que não desconheça os obstáculos interpostos no caminho do órgão proposto, a começar pelo conservadorismo de tintas retrógradas que embala os atuais gestores da instituição.

Entre os casos que destacamos, um em especial fere a nossa sensibilidade, é praticamente desconhecido, e por isso tornou-se a reportagem de capa, de autoria de Luiza Sansão: a prisão e tortura dos irmãos Carrasco Forrastal, desencadeadas pela invasão do Crusp em dezembro de 1968, logo após a decretação do AI-5.

A família veio da Bolívia para o Brasil para que o jovem Juan Antonio, hemofílico, fizesse aqui seu tratamento, que resultou na amputação da perna esquerda e implantação de uma prótese. Ele e seu irmão Jorge Rafael ingressaram na USP, no Instituto de Física e na Escola Politécnica respectivamente. Jorge foi preso, e Juan, ingenuamente, foi à procura do irmão no II Exército, onde também acabou capturado.

Não havia limites para a crueldade do coronel Sebastião Alvim, presidente do Inquérito Policial-Militar do Crusp, e seus comandados: a perna ortopédica de Juan era retirada para as sessões de tortura, que ocorreram no QG do II Exército no Ibirapuera, num quartel de Quitaúna e até mesmo num hospital militar. A tragédia consumou-se com o suicídio de Juan, em 1972, no Hospital da Cruz Vermelha de Madri.

## **PMs e a “licença para matar”**

Reportagem de Fausto Salvadori e um artigo do professor Henrique Carneiro analisam em profundidade a atuação das Polícias Militares no Brasil e apontam o caminho da desmilitarização e unificação das corporações policiais como indispensável para brechar ações de extermínio como os massacres do Carandiru, Eldorado dos Carajás e Maio de 2006, ou as execuções praticadas pela Rota em São Paulo. A sociedade civil e até a ONU já propuseram a extinção das PMs, mas o governo federal faz ouvidos moucos.

## **Educação pública, com gestão pública**

Reveladora a entrevista com o professor Luiz Freitas, diretor da Faculdade de Educação da Unicamp, a propósito das intenções dos chamados “reformadores empresariais” da educação: reformas semelhantes fracassaram nos EUA, e caso venham a emplacar no Brasil terão o condão de destruir a educação pública. É preciso que também a gestão se mantenha pública, adverte ele. O PISA, índice utilizado pela OCDE como medida universal de qualidade do ensino, é pedagogicamente desconstruído por Freitas. Vale conferir!

*O Editor*

**caderno especial**

**SUBSÍDIOS PARA UMA  
COMISSÃO DA VERDADE  
DA USP**



# DITADURA MATOU 47 PESSOAS LIGADAS À USP, ENTRE ALUNOS E DOCENTES

Camila Rodrigues da Silva  
Jornalista

*Alunos, ex-alunos e professores da USP foram assassinados de 1968 a 1976 pelas forças do Estado durante a Ditadura Militar. Quase todas essas pessoas tinham militância política contra o regime, e a maioria atuava em organizações da luta armada. Catarina Helena Abi-Eçab e João Antônio Abi-Eçab, alunos da Filosofia e militantes da ALN, foram executados antes mesmo do AI-5. Não há registro de qualquer esforço institucional da Universidade, em anos recentes, para apurar as circunstâncias em que essas pessoas foram mortas ou recuperar a sua memória*

Trinta e nove pessoas vinculadas de algum modo à Universidade de São Paulo — estudantes e professores — foram assassinadas por agentes do aparato repressivo da Ditadura Militar a partir de 1968, segundo informações do *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, publicado em 2009. Oito ex-alunos da Universidade também estão entre as vítimas fatais do regime militar. A maioria é formada por homens e mulheres com idade entre 20 e 30 anos.

“Nota-se que, no Brasil, as prisões, demissões e torturas foram generalizadas, mas as mortes e desaparecimentos foram bem seletivos: a maior parte era de membros de organizações de esquerda que estavam na luta armada”, analisa a historiadora Janaína Teles, uma das organizadoras do dossiê e membro da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

De fato, dos 47 mortos ou desaparecidos 45 faziam parte de grupos de esquerda, e mais da metade estava militando em organizações da luta armada revolucionária, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Movimento de Libertação Popular (Molipo) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Isso se explicava pelo fato de que a USP era um dos principais centros do movimento estudantil e uma fonte de quadros para as organizações clandestinas que combatiam a Ditadura Militar.

As primeiras mortes conhecidas de estudantes da USP aconteceram pouco antes de 13 de dezembro de 1968, data em que foi editado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que teve

### **Mortos e desaparecidos oriundos da USP**

<b>Organização</b>	<b>Quantidade</b>
ALN	17
Molipo	10
PC do B	4
POC	3
VAR-Palmares	2
PORT	2
MIR	2
MR-8	1
PCB	1

Fonte: *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, de 2009

entre seus autores o próprio reitor da USP, Luiz Antônio Gama e Silva, que acumulava o cargo de ministro da Justiça e estava afastado da universidade naquele momento.

Em 8 de novembro de 1968, o casal Catarina Helena Abi-Eçab e João Antônio Abi-Eçab, ambos estudantes da Faculdade de Filosofia e militantes da ALN, foi morto em Vassouras (RJ). A hipótese mais provável é de que tenham sido presos, torturados e assassinados por serem suspeitos de participar da execução do capitão do exército norte-americano Charles Rodney Chandler, promovida por ALN e VPR em outubro.

Um mês após a morte de Catarina e João Antônio, e quatro dias depois do decreto do AI-5, ocorreu uma das ações mais violentas da história da USP: a invasão do Conjunto Residencial (Crusp) pelo Exército, Aeronáutica e Força Pública (*Revista Adusp* 44, p. 56). Aproximadamente 1.400 universitários moravam lá, mas como era período de férias muitos não estavam. Todos os moradores presentes foram presos.

“Eu estava dormindo quando fui acordado pelos tanques que estavam na avenida entre o Crusp e o Rio Pinheiros. Foi de madrugada. Quando eu tentei sair, acabei sendo preso. Quando eu fui preso, apontaram uma metralhadora para o meu estômago”, relata o engenheiro Hugo Marques Rosa em depoimento para o programa Assembleia Debate, da TV Alesp.

Ele compara ao Congresso da UNE de Ibiúna (SP), quando centenas de estudantes foram presos: “Sabíamos do risco da repressão. Era um congresso ilegal, então havia uma expectativa de que isso pudesse acontecer. No Crusp foi uma violência maior, porque as pessoas estavam dormindo. E a forma como foi feita foi completamente desproporcional”.

O episódio afetou a vida de vários estudantes, que tiveram de ser alojados na casa de colegas, sem contar os episódios de tortura. Um dos mais chocantes foi protagonizado pelo boliviano Juan Antônio Carrasco Forratal, um dos 29 novos casos elencados na versão de 2009 do *Dossiê Ditadura*, e por seu irmão Jorge Rafael.

Além de abordar o até agora desconhecido episódio dos irmãos Forratal, esta edição vai revisitar por novos ângulos dois outros casos, de maior visibilidade: dos professores Vladimir Herzog, da Escola de Comunicações e Artes, e Ana Rosa Kucinski, do Instituto de Química. Todos vítimas das equipes de torturadores e assassinos a serviço dos Destacamentos de Operações de Informações dos Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Todos relegados ao esquecimento, no que depender da instituição Universidade de São Paulo.



Nome	Vinculação à USP	Nascimento	Organização	Data da morte ou desaparecimento (d)
Catarina Helena Abi-Eçab	Aluna da Faculdade de Filosofia	29/1/1947	ALN	8/11/1968
João Antonio Abi-Eçab	Aluno da Faculdade de Filosofia	4/6/1943	ALN	8/11/1968
Fernando Borges de Paula Ferreira	Aluno de Ciências Sociais	1/10/1945	VAR-Palm	29/7/1969
Sergio Roberto Correa	Aluno da Faculdade de Filosofia	27/7/1941	ALN	4/9/1969
Luiz Fogaça Balboni	Aluno da Escola Politécnica	25/5/1945	ALN	25/9/1969
Norberto Nehring	Professor da Faculdade de Economia	20/9/1940	ALN	24/4/1970
Olavo Hansen	Aluno da Escola Politécnica	14/12/1937	PORT	9/5/1970
Heleny Telles Ferreira Guariba	Professora da Escola de Artes Dramáticas	17/3/1941	VPR	12/07/1971 (d)
Luiz Eduardo da Rocha Merlino	Aluno de História	18/10/1947	POC	19/7/1971
Iara Iavelberg	Professora do Instituto de Psicologia	7/5/1944	MR-8	20/8/1971
Manoel José Nunes Mendes de Abreu	Aluno da Escola Politécnica	1/1/1949	ALN	23/9/1971
José Roberto Arantes de Almeida	Aluno do Instituto de Física	7/2/1943	Molipo	4/11/1971
Francisco José de Oliveira	Aluno de Ciências Sociais	5/4/1943	Molipo	5/11/1971
Carlos Eduardo Pires Fleury	Aluna da Faculdade de Filosofia	5/1/1945	Molipo	10/12/1971
Luiz Hirata	Aluno da ESALQ	23/11/1944	AP	20/12/1971
Ruy Carlos Vieira Berbert	Aluno de Letras	16/12/1947	Molipo	02/01/1972 (d)
Jeová Assis Gomes	Aluno do Instituto de Física	24/8/1943	Molipo	9/1/1972
Gelson Reicher	Aluno da Faculdade de Medicina	20/2/1949	ALN	20/1/1972
Isis Dias de Oliveira	Aluno de Ciências Sociais	29/8/1941	ALN	30/01/1972 (d)
Arno Preis	Formado pela Faculdade de Direito	8/7/1934	Molipo	15/2/1972
Alexander Jose Ibsen Voeroes	Aluno do Colégio de Aplicação da USP	5/7/1952	Molipo	27/2/1972
Lauriberto José Reys	Aluno da Escola Politécnica	2/3/1945	Molipo	27/2/1972
Lígia Maria Salgado Nóbrega	Aluna de Pedagogia	30/7/1947	VAR-Palm	29/3/1972
Antonio Carlos Nogueira Cabral	Aluno da Faculdade de Medicina	14/10/1948	ALN	12/4/1972
Boanerges de Souza Massa	Formado pela Faculdade de Medicina	7/1/1938	ALN	6/1972 (d)
Miguel Pereira dos Santos	Aluno do Colégio de Aplicação da USP	12/7/1943	PCdoB	20/09/1972 (d)
Helenira Rezende de Souza Nazareth	Aluna de Letras	11/1/1944	PCdoB	29/09/1972 (d)
Juan Antonio Carrasco Forrastal	Aluno do Instituto de Física	30/1/1945		28/10/1972
Antonio Benetazzo	Aluno de Arquitetura e Filosofia	1/11/1941	Molipo	30/10/1972
Aurora Maria Nascimento Furtado	Aluna do Instituto de Psicologia	17/6/1946	ALN	10/11/1972
Alexandre Vannucchi Leme	Aluno do Instituto de Geociências	5/10/1950	ALN	17/3/1973
Ronaldo Mouth Queiroz	Formado pelo Instituto de Geociências	18/12/1947	ALN	6/4/1973
Henrique Cintra Ferreira de Ornellas	Formado pela Faculdade de Direito			21/8/1973
Luiz Carlos Almeida	Professor do Instituto de Física, formado na instituição	25 anos	POC	14/9/1973 (d)
Nelson de Souza Kohl	Aluno da Escola de Comunicações e Artes	25/1/1940	POC	15/09/1973 (d)
Wânio José de Mattos	Formado pela Faculdade de Direito	27/4/1926	VPR	16/10/1973 (d)
Ana Rosa Kucinski	Professora do Instituto de Química, formada na instituição	12/1/1942	ALN	22/04/1974 (d)
Wilson Silva	Formado pelo Instituto de Física	21/4/1942	ALN	22/04/1974 (d)
Issami Nakamura Okano	Aluno do Instituto de Química	23/11/1945	ALN	14/05/1974 (d)
Luisa Augusta Garlippe	Formada pela Escola de Enfermagem	16/10/1941	PCdoB	junho de 1974 (d)
Tito Alencar Lima	Aluno da Faculdade de Filosofia	14/9/1945	ALN	7/8/1974
Suely Yumiko Kanayama	Aluno de Letras	25/5/1948	PCdoB	setembro de 1974 (d)
Jane Vanini	Aluna em Ciências Sociais	8/9/1945	MIR	06/12/1974 (d)
João Leonardo da Silva Rocha	Formado pela Faculdade de Direito	4/8/1939	Molipo	junho de 1975 (d)
Vladimir Herzog	Professor de Jornalismo	27/5/1937	PCB	25/10/1975
Sidney Fix Marques dos Santos	Aluno do Instituto de Geociências	20/1/1940	PORT	15/02/1976 (d)
Maria Regina Marcondes Pinto	Aluno de Ciências Sociais	17/7/1946	MIR	10/04/1976 (d)

# IMAGENS PARA NÃO ESQUE- MORTOS E DESAPARECIDOS



*Alexandre Vanucchi Leme*



*Ana Rosa Kucinski*



*Antonio Nogueira Cabral*



*Antonio Benetazzo*



*Frei Tito Alencar*



*Gelson Reicher*



*Helenira Rezende*



*Heleny Guariba*



*Jeová Assis Gomes*



*José Arantes*



*Ligia Salgado Nóbrega*



*Lauriberto Reys*

# CER: DA USP



*Carlos E. Pires Fleury*



*Luiz Eduardo Merlino*



*Fernando B. Ferreira*



*Aurora Furtado*



*Lara Iavelberg*



*Isis Dias de Oliveira*



*Issami Nakamura Okano*



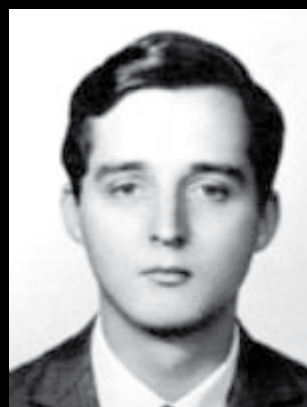
*Vladimir Herzog*



*Luiz Hirata*



*Nelson de Souza Kohl*



*Norberto Nehring*



*Luiz Balboni Fogaça*



*Olavo Hansen*



*Ronaldo Mouth Queiroz*



*Wilson Silva*

# RAZÕES DE SOBRA PARA SE CRIAR A COMISSÃO DA VERDADE DA USP

Camila Rodrigues da Silva  
Jornalista

Agência Estado/1977



*O reitor Gama e Silva constituiu já em 1964 uma comissão secreta para investigar atividades “subversivas” na USP. Compunham-na os docentes Moacyr Amaral dos Santos (FD), Jerônimo de Campos Freire (FM) e Theodureto de Arruda Souto (EP). A íntima articulação e cumplicidade entre as estruturas de poder da Universidade e a Ditadura Militar intimidavam docentes e estudantes e facilitavam a ação do aparato de repressão política, como demonstra a troca de correspondência oficial entre reitores, diretores e o DOPS*

A Ditadura Militar articulou meios de perseguição e repressão institucional dentro da USP. A primeira ação foi já em 1964, quando o então reitor Luiz Antonio Gama e Silva constituiu uma comissão especial, secreta, para investigar atividades “subversivas” na USP. Foram escolhidos para essa tarefa os professores Moacyr Amaral dos Santos, da Faculdade de Direito (FD), Jerônimo Geraldo de Campos Freire, da Faculdade de Medicina (FM) e Theodureto I. de Arruda Souto, da Escola Politécnica (EP), segundo o *Livro Negro da USP*, lançado em 1978 pela Adusp (e reeditado em 2004 como *O Controle Ideológico na USP*).

O relatório final dessa comissão sugeriu a suspensão dos direitos políticos de 52 pessoas, 21 das quais (40%) eram da FM. A partir dessa lista, foram instaurados inquéritos policiais militares que serviram de base para abrir proces-

sos nos tribunais militares. Ao todo foram indiciados onze professores da Medicina: Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Erney Plessman de Camargo, Luiz Rey, Julio Puddles, Michel P. Rabinovitch, Pedro Henrique Saldanha, J.M. Tacques Bittencourt, Nelson Rodrigues dos Santos, Reynaldo Chiaverini, Israel Nussenzveig e Thomas Maack — todos estes submetidos mais tarde a julgamento e absolvidos. Na lista de docentes de outras unidades de ensino estavam incluídos nomes como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, da Faculdade de Filosofia, Ciências Sociais e Letras (hoje FFLCH); João Batista Villanova Artigas, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; e Paul Singer, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas.

Antes mesmo da conclusão do inquérito, o então governador de São Paulo Adhemar de Barros utilizou

as prerrogativas do Ato Institucional (o primeiro, ainda sem número) para demitir seis professores da Faculdade de Medicina: Luiz Hildebrando, Pedro Saldanha, Júlio Puddles, Erney Plessmann, Reynaldo Chiaverini e Thomas Maack, além do médico-assistente Luiz Rey. As demissões se deram por decreto publicado no *Diário Oficial* de 10 de outubro de 1964. Somente Saldanha seria readmitido. Maack foi ainda impedido de matricular sua filha na creche do Hospital das Clínicas, segundo relato do hoje psicanalista Reinaldo Morano Filho, à época presidente do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (CAOC).

Em 1968, quando se iniciaram as torturas e assassinatos de militantes das organizações da luta armada, foram publicados dois decretos para promover a aposentadoria compulsória e imediata de professores de diversos institutos da universidade — desta vez, sem a instauração de nenhum inquérito, diferentemente do ocorrido em 1964.

Tais perseguições não seriam possíveis sem a presença de informantes e colaboradores do regime militar. O clima de terror instaurado na Universidade após o AI-5, com o expurgo das lideranças acadêmicas mais críticas e dinâmicas, eliminou a possibilidade de continuar um debate democrático sobre a reforma universitária, que havia se iniciado nas duas décadas anteriores.

A intensa repressão ao movimento estudantil da USP nas décadas de 1960 e 1970, cujos resultados foram prisões, extradições, torturas de estudantes e professores, além das aposentadorias compulsórias decretadas em 1969, foi facilitada pela ín-

tima articulação entre as estruturas de poder da Universidade de São Paulo e o aparato repressivo do Estado militar. Um órgão de mediação foi criado para facilitar o trânsito de informação: a Agência Especial de Segurança e Informação (AESI, vide *Revista Adusp* 33, p. 37).

O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) organizou, entre 1959 e 1975, pastas relacionadas aos diversos institutos e faculdades da USP, com a correspondência trocada entre os delegados e diretores da Universidade, interrogatórios de estudantes, listas de professores investigados e recortes de jornais. Documentos acessíveis no Arquivo do Estado de São Paulo denunciam parte dessas relações de proximidade entre a universidade e o regime militar — e as lacunas dessa história só serão preenchidas com relatos de quem viveu a época.

*Gama e Silva foi personagem importante do regime militar e um dos autores do AI-5. Eleito reitor em 1963, o catedrático do Direito permaneceu no cargo até 1969, cumprindo, assim, o mandato mais longo da história da USP*

Desde o golpe de 1964, expoentes da burocracia da universidade acumularam cargos em outras esferas públicas do Estado. São exemplares os casos dos reitores

Luís Antônio Gama e Silva e Miguel Reale e do vice-reitor Alfredo Buzaid, todos oriundos da FD. Gama e Silva foi um personagem importante do regime militar no período de transição entre a “ditadura envergonhada” e a “ditadura escancarada”, se adotarmos a divisão histórica de Elio Gaspari em sua tetralogia sobre o período. Eleito reitor em 1963, o catedrático do Direito permaneceu no cargo até 1969, cumprindo, assim, o mandato mais longo da história da USP.

Ainda em 1964, ocupou o cargo de ministro da Educação interinamente. Em 1967, passou a acumular o cargo de reitor com o de ministro da Justiça do governo Costa e Silva e, como tal, foi o principal redator do Ato Institucional número 5 (AI-5), que decretou recesso do Congresso Nacional e eliminou os direitos políticos dos cidadãos brasileiros, em 1968. Delfim Netto, professor de Economia da USP, tornou-se ministro poderoso e foi um dos signatários e entusiastas do AI-5.

Em abril do ano seguinte, um decreto presidencial reorganizou o Ministério da Justiça, incumbindo o titular de formular a política do governo federal para manutenção da ordem jurídica e da segurança interna do país, o que ampliou a influência de Gama e Silva no governo. Somente nesse momento é que ele foi substituído na Reitoria por Miguel Reale.

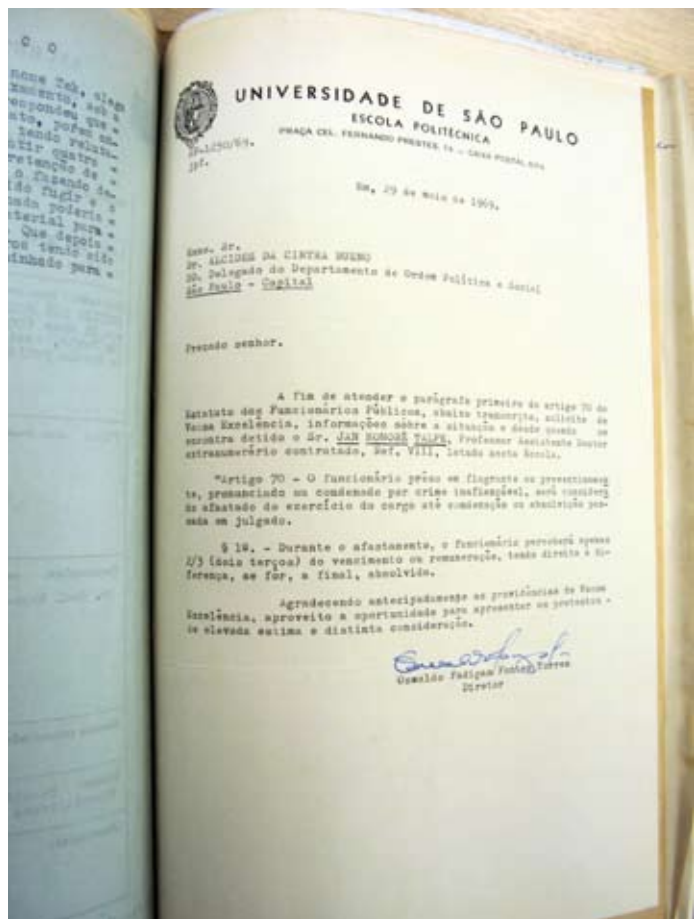
Antigo integralista, Reale já havia sido reitor da USP entre 1949 e 1950 e, assim, como seu antecessor, esteve muito próximo da Presidência da República. No ano em que assumiu a Reitoria (1969), foi incumbido pelo ditador Costa e Silva

de rever a Constituição de 1967. No mesmo período, implantou a reforma universitária com a substituição das cátedras pelos departamentos e deu definitiva organização aos campi da capital e do interior do Estado. Seu mandato terminou em 1973.

O vice-reitor de Reale foi Alfredo Buzaid, que exerceu o cargo de diretor da FD em 1966 e foi reitor interino em 1968, durante o mandato de Gama e Silva. No mesmo ano em que assumiu a vice-reitoria, em 1969, o professor e advogado se tornou ministro da Justiça do presidente Emílio Garrastazu Médici, e foi um dos mentores intelectuais do Código de Processo Civil que entrou em vigor em 1973.

*Um dos principais alvos da repressão eram os diretores dos centros acadêmicos (CAs), muitos dos quais foram presos entre 1968 e 1973. Tal fato se devia à resistência e às manifestações contra a Ditadura Militar em praticamente todas as faculdades da USP*

Denúncias e relatos enviados por secretários e diretores dos institutos e faculdades da USP foram importantes fontes de informação da polícia política, como demonstram numerosos exemplos encontrados nas pastas das faculdades montadas pelo DOPS.



Pedido de informações sobre Jan Talpe

Um documento de 2 de setembro de 1966, em papel timbrado da Cidade Universitária e assinado pelo secretário-geral Julio Mario Stamato, é encaminhado ao delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho com o resultado das eleições dos diretórios acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Ele pondera que ainda faltam a lista de eleitos das faculdades de Direito, Higiene e Saúde Pública, Medicina de Ribeirão Preto e Odontologia de Bauru, e que eles serão “encaminhados oportunamente”. Em outubro do mesmo ano, chegam ao DOPS o resultado das eleições restantes e a constituição dos conselhos técnico-administrativos (CTA) das faculdades. Em

resistência e às numerosas manifestações do movimento estudantil contra a Ditadura Militar em praticamente todas as faculdades da USP, em consonância com outras universidades públicas e com algumas instituições particulares, como a PUC.

Na USP, as principais pautas internas incluíam alterar o formato das estruturas universitárias, com comissões que reunissem professores e estudantes de forma paritária. O objetivo era estabelecer uma nova relação entre professor e aluno e construir uma universidade que atendesse às necessidades da realidade brasileira, ao invés de simplesmente copiar o conteúdo e os métodos das universidades euro-

peias e norte-americanas. Em geral, havia um clamor pela democratização da universidade e um forte tom nacionalista nas reivindicações, que se contrapunha ao caráter “colonizado” do acordo MEC-Usaid, que guiava as modificações que o Estado militar pretendia impor ao ensino superior.

Há diversos exemplos de perseguição ao movimento estudantil. Em 2 de janeiro de 1969, um documento em papel timbrado do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, assinado pelo diretor técnico Geraldo Silva Ferreira, é endereçado ao secretário de Segurança Pública, Hely Lopes Meirelles, solicitando as “dignas providências” para que os doutorandos deixassem a Residência dos Estagiários até as 17 horas daquele dia. Também é pedido que seja mantido o policiamento da Guarda Civil no prédio da Residência dos Estagiários, at

de deliberação do Conselho de Administração.

Outro documento, de 1973, relata que um investigador (não identificado) teria conversado com o “dr. Ilineu”, diretor administrativo, e com o “dr. Paulo”, diretor da Medicina, no período em que as bolsas pró-labore dos estagiários do curso foram suspensas, o que levou os estudantes a protestar de diversas formas. Os diretores informaram ao investigador que os estagiários do quinto e sexto ano pretendiam fazer uma reunião no interior da escola. “Sendo eles impedidos de realizá-la no interior da Escola, poderá haver tumulto”, encerra o documento.

***Em 1969 Oswaldo Torres, diretor da Politécnica, pediu ao DOPS informações sobre o professor belga Jan Talpe, alegando que, por tratar-se de “funcionário preso em flagrante ou preventivamente”, seria preciso afastá-lo do cargo e reduzir seus vencimentos***

Na pasta da Escola Politécnica foi encontrado um documento de junho de 1973, em que o delegado do DOPS, Tácito Pinheiro Machado, solicita diretamente à Reitoria os dados do então presidente do Grêmio Politécnico, Marcos Alberto Castellano Bruno, após o estudante pedir uma posição da direção da escola e da Reitoria sobre a prisão do colega Marcelo José Chueiri. A Reitoria atende prontamente ao pedido... do DOPS. (A *Revista Adusp* 33, p. 48, relata caso semelhante ocorrido em 1974, quando Luis Carlos Moreira, presidente do Centro Acadêmico Lupe Cotrim, tenta obter da direção da ECA informações quanto ao paradeiro do aluno Álvaro Zini Jr., e também termina preso.)

Em maio de 1969, Oswaldo Fardas Fontes Torres, diretor da EP, enviou uma correspondência ao delegado Alcides Cintra, do DOPS, sobre a prisão do padre belga Jan Honoré Talpe, que era professor-

assistente daquela escola. No documento, Torres explica ao delegado suas preocupações: segundo o artigo 70 do Estatuto do Funcionário Público, parágrafo primeiro, “o funcionário preso em flagrante ou preventivamente, pronunciado ou condenado por crime inafiançável, será considerado afastado do exercício do cargo até condenação ou absolvição passada em julgado” e “durante o afastamento, o funcionário perceberá apenas dois terços do vencimento ou remuneração, tendo direito a diferença, se for, afinal, absolvido”. Seis dias depois, o delegado enviou a resposta de que Talpe estava sob custódia do Estado desde 27 de fevereiro de 1969, aguardando o término do seu processo de expulsão do país.

Pode-se pensar que o diretor apenas se valeu de um artifício burocrático para, com isso, tentar resguardar a segurança física do professor, acusado de subversão por seu envolvimento com o movimento operário de Osasco. Mas Torres também “teve a honra” de encaminhar informações e cópias de documentos do ex-aluno Carlos Alberto Vilches Viceconti, em 14 de agosto de 1970, ao mesmo delegado do DOPS.

Outra arma da repressão foi a invasão de espaços estudantis e a depredação de locais públicos para deslegitimar as ocupações e manifestações dos alunos. Em notícia de 26 julho de 1967, nas *Folhas*, o presidente do CAOC da Medicina afirmou que “trinta homens fortemente armados” invadiram o centro acadêmico à meia-noite: “Depredaram instalações, roubaram docu-

mentos e o que de mais aproveitável havia. Agiram como se o local invadido fosse um perigoso foco de criminosos, precisando, para tanto, entrar de fuzil em punho, prontos para atirar. Na madrugada, soldados e investigadores da Polícia Federal promoveram essa invasão, chegando a percorrer o túnel subterrâneo que liga o edifício da Faculdade de Medicina ao Hospital das Clínicas.”

Ação parecida ocorreu no Direito, em 23 de junho de 1968, depois que estudantes ocuparam por 26 dias as Arcadas do Largo São Francisco. Após o diretor Buzaid haver pedido a reintegração de posse, policiais ocuparam a sede do Centro Acadêmico XI de Agosto até julho de 1968 e, segundo acusação dos estudantes amplamente divulgada nos jornais da época, depredaram a sede. Buzaid dizia aos jornais que a destruição era obra do vandalismo dos estudantes.

A reabilitação dos perseguidos e humilhados e a reparação dos danos causados mal se iniciou. Quem mais avançou nessa seara foi a Faculdade de Medicina, uma das que mais sofreram com a ação ditatorial e as mesquinhas caçadas macartistas. Numa cerimônia realizada em 2008, os cientistas de renome nacional e internacional Maack, Plessmann, Hildebrando, Rey, Saldanha e Rabinovitch receberam da FM o título de “Professor Emérito” (*Revista Adusp* 44, p. 62). O ex-aluno Reinaldo Morano Filho, que militou na ALN, foi torturado e passou seis anos no cárcere, também foi homenageado pela FM por ocasião do centenário da instituição, em 14 de setembro de 2012.



# EM MEMÓRIA DE ANA ROSA KUCINSKI, ASSASSINADA PELA DITADURA MILITAR

Rogério Ferro e Camila Rodrigues da Silva  
Jornalistas



*Professora demitida em 1975 pela Congregação do Instituto de Química da USP por suposto “abandono de função” (na verdade fora executada pela Ditadura Militar), Ana Rosa Kucinski foi homenageada em agosto último por docentes, estudantes, amigos e familiares. O Fórum pela Redemocratização da USP pede que o caso seja revisto pela Congregação. Em julho de 1995, a Reitoria cancelou a dispensa efetuada vinte anos antes, mas a Congregação não tomou qualquer medida para reabilitar a memória de Ana Rosa e jamais pediu desculpas*

“Certeza da morte já é um sofrimento suficiente, por assim dizer. Um sofrimento brutal. Agora, a incerteza de uma morte, que no fundo é certeza, mas formalmente não é, é muito pior. Passam-se anos até que as pessoas comecem a pensar que houve morte mesmo. E os pais principalmente, já mais idosos, nunca conseguem enfrentar essa situação com realismo.”

A leitura deste depoimento do jornalista e professor universitário aposentado Bernardo Kucinski, extraído do livro *Desaparecidos Políticos*, de Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, deu início, numa ensolarada manhã de agosto, a um ato público realizado na área externa do Instituto de Química (IQ-USP), na Cidade Universitária do Butantã, que lembrou e pediu reparações às injustiças sofridas por sua irmã, Ana Rosa Kucinski.

Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), a professora do IQ foi capturada em 22 de abril de 1974, torturada e morta nesse mesmo ano pelos órgãos de repressão da Ditadura Militar. Dezenove meses depois, uma votação na 46ª reunião mensal da Congregação do instituto decidiu por sua demissão por “abandono de função”, apesar de saber-se de suas atividades políticas e de seu desaparecimento (*Revista Adusp* 33, p. 92).

Organizado pelo Fórum Aberto pela Democratização da USP, movimento que reúne cerca de vinte grupos organizados dentro da universidade, o ato em memória de Ana Rosa foi realizado em frente ao espaço conhecido como “Queijinho”, complexo de salas de aula do IQ, e aglomerou algumas dezenas de pessoas

entre familiares e amigos da vítima, professores, funcionários e alunos.

Concretamente, o movimento reivindica da Congregação a revogação da decisão de 1975, e propõe que o “Queijinho” receba o nome de Complexo Ana Rosa Kucinski. “É nosso dever reparar um equívoco cometido no passado. Primeiro, porque a Congregação do IQ não é mais a mesma. Segundo, porque hoje não vivemos mais sob a Ditadura, como em 1974. Terceiro, porque as pressões políticas que levaram à aprovação do desligamento por abandono de função não podem mais existir em uma universidade comprometida com valores democráticos e com os direitos humanos”, diz o documento do Fórum Aberto pela Redemocratização.

***Após a inclusão do nome da professora do IQ na lista da CEMDP, a Reitoria adotou seu único gesto de revisão do caso: o reitor Flávio Fava de Moraes determinou o cancelamento da rescisão contratual por abandono de serviço, em despacho de 18/7/1995***

Bernardo Kucinski, autor de uma angustiante descrição da rotina de seu pai em busca da filha Ana Rosa, no livro *K.*, publicado em 2011, esteve presente no ato. Durante a manifestação, ele se disse “cansado”. Afi-



**Professor Bernardo Kucinski**

nal, só em 1995, 21 anos depois do desaparecimento de sua irmã, a lei 9.140 incluiu o nome da vítima em uma lista de pessoas que se encontravam desaparecidas “em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, entre 2/9/61 e 15/8/79, e que por este motivo tenham sido detidas por agentes públicos”. Tal lista foi examinada pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), instituída por essa mesma lei, e Ana Rosa foi finalmente declarada vítima do Estado brasileiro. Pode-se entender que nessa época terminou a já frágil esperança da “incerteza da morte” a que Kucinski se referia em seu depoimento.

Após a inclusão do nome da professora do IQ na lista da CEMDP, a Reitoria da USP adotou seu único gesto de revisão do caso: a pedido do professor Bernardo Kucinski, o reitor Flávio Fava de Moraes determinou o cancelamento da pena de



O livro de Bernardo...

dispensa (rescisão contratual) por abandono de serviço, em despacho de 18/7/1995, publicado no *Diário Oficial do Estado* de 27/7/1995. Uma medida puramente formal. Apenas isso: não deu divulgação ao ato, não advertiu os envolvidos, nem reconheceu sua dívida moral com a família da vítima. Já os integrantes da Congregação jamais se desculparam.

Para Bernardo Kucinski, a USP de hoje tem práticas institucionais que a distanciam do que deveria ser uma instituição democrática. Como exemplo, citou a reunião recente da Congregação do IQ em que o diretor da unidade propôs um voto de repúdio ao teor do seu livro *K.* “Se ainda há gente tentando desqualificar meu relato, sinceramente, não acredito que vá acontecer algo importante depois dessa nossa manifestação aqui”, lamentou.

Na reunião de junho da Congregação, o diretor Fernando Rei Ornellas sugeriu que se fizesse uma



... e o de Guerra

moção de desaprovação a um capítulo do livro *K.*, “A Reunião da Congregação”, publicado na edição 52 da *Revista Adusp*. O diretor sentiu-se ofendido quando, numa passagem assumidamente especulativa do texto de Bernardo Kucinski, o professor Otto Gottlieb, ao avaliar o comportamento dos colegas no decorrer da reunião, refere-se — apenas em pensamento — ao professor Ernesto Giesbrecht, presidente da Congregação, e portanto o principal responsável direto pela desonrosa demissão de Ana Rosa, como *schwein* (“porco”, em alemão).

“Ele [Giesbrecht] foi meu professor e era uma das pessoas mais doces deste instituto”, declarou à reportagem da *Revista Adusp* o diretor do IQ. “Achei uma injustiça. E o professor Otto nunca falaria aquilo do professor [Geraldo] Vicentini! Mas conversei com alguns professores que me aconselharam a não mexer com isso”. Segundo Ornellas

e outros membros da Congregação que estiveram na reunião, não houve votação formal para decidir se a carta de repúdio seria publicada.

**“O Brasil silenciou, negou, minimizou, encobriu as feridas do passado recente e assim fez também a USP. Mas chegou a hora de falar, de contar essas histórias. Só assim será possível entender o presente e olhar para o futuro”, declarou a professora Elisabetta Santoro, da Adusp**

“Estou aqui em respeito à velha guarda, aos colegas, camaradas e amigos que eu sabia que estariam presentes”, afirmou Kucinski no ato. Suas declarações, no entanto, não devem ser interpretadas como uma desistência ou resignação perante a derrota da democracia. Talvez sim, uma passagem de bastão. “Cabe aos jovens, que são poucos aqui hoje, organizar essas coisas, eu estou cansado. Tudo isso foi muito desgastante. As novas bandeiras surgem e com elas, novas necessidades, o que é compreensível. O que não pode é o passado ficar para o passado, esquecido”, alerta.

É o que pensa Marcela Espóposito Baena, 20 anos, aluna do curso de licenciatura em Química e uma das participantes do ato. “Temos que, em conjunto, continuar cons-

truindo uma democracia que, para nascer, derramou sangue no Brasil”, diz. “Nossa principal reivindicação é que a Congregação do Instituto reconheça oficialmente a professora Ana Rosa como uma desaparecida política, alguém que foi assassinada pelo regime militar e reveja seu processo”, explica Fábio Franco, diretor da Associação dos Pós-Graduandos (APG) da USP.

“O Brasil silenciou, negou, minimizou, justificou, encobriu as feridas

do seu passado recente e assim fez também a USP. Mas chegou a hora de falar, de contar essas histórias. Essas histórias precisam ser conhecidas e seus protagonistas lembrados. No lugar de silenciar e justificar, é preciso passar a limpo o passado, pois só assim será possível entender o presente e olhar para o futuro”, declarou em leitura emocionada Elisabetta Santoro, vice-presidente da Associação dos Docentes da USP (Adusp).

O Fórum Aberto pela Democratização da USP considera que a Universidade foi um palco privilegiado das ações de repressão política e que muitas histórias ainda precisam ser contadas sobre esse período. Por isso, o movimento reivindica a instalação de uma Comissão da Verdade da USP, dotada de autonomia e independência para apurar as graves violações de direitos humanos ocorridas no período de 1964 a 1985. A carta lida



**Professora Elisabetta Santoro**

no início do ato, que contém todas as reivindicações relativas ao processo da professora Ana Rosa Kucinski, foi entregue à direção do IQ.

Recentemente, o ex-delegado do DOPS-ES e ex-agente do Serviço Nacional de Informações (SNI) Cláudio Guerra apontou Ana Rosa e seu esposo Wilson Silva, também militante da ALN, como duas das pessoas que tiveram os corpos incinerados por ele na Usina Cambahyba (RJ), em 1974. “Eu e o sargento Levy, do DOI [Destacamento de Operações de Informações], fomos levar seus corpos. Os dois estavam completamente nus. A mulher apresentava muitas marcas de mordida pelo corpo, talvez por ter sido violentada sexualmente. O jovem não tinha as unhas da mão direita. Tudo levava a crer que tinham sido torturados. Não havia perfuração de bala neles. Quem morre de tiro não sofre. Morte por tortura é muito mais desumano”.

Ainda segundo Guerra, foram incinerados no local mais oito cadáveres de pessoas assassinadas no DOI-CODI e na Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), e alguns que vieram de São Paulo. A revelação consta do livro *Memórias de uma guerra suja*, lançado em maio deste ano pelos jornalistas Rogério Medeiros e Marcelo Netto, que colheram um longo e detalhado depoimento do ex-delegado sobre seu envolvimento nas atrocidades cometidas pela Ditadura Militar.

Após o ato, o diretor do IQ, Fernando Rei Ornellas, foi questionado se a revisão da demissão da professora Ana Rosa seria item da pauta da reunião seguinte da Congregação, em agosto. “Nem a direção nem a assistência acadêmica receberam nenhum pedido formal de revisão do caso. O assunto será pauta se algum conselheiro levá-lo para a reunião da Congregação”, disse Ornellas.

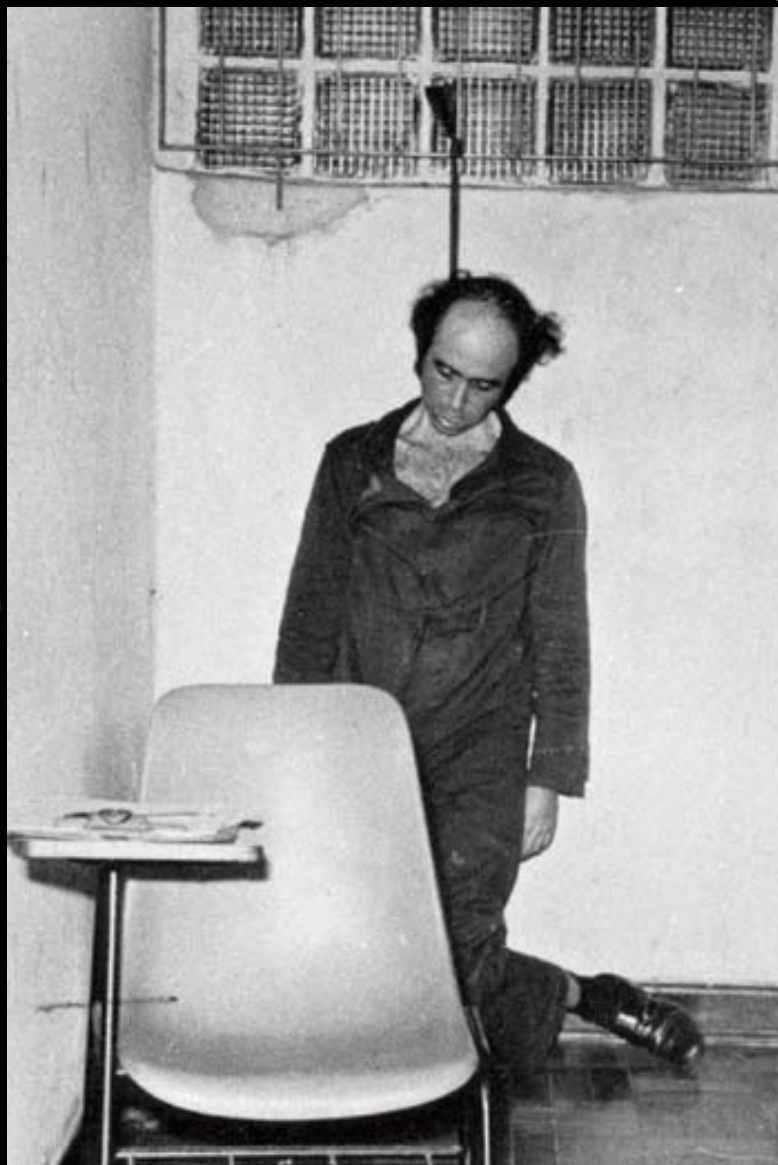
# ECA DE MANUEL DIAS E HELDA BARRACCO APAGOU OS VESTÍGIOS DE HERZOG

Beatriz Vicentini  
Jornalista

Fotos: Acervo Instituto Vladimir Herzog



*Aquela segunda-feira de outubro de 1975 em que se soube, na USP, da morte de Vlado Herzog, permanece em minha memória: sinto ainda o frio da sarjeta, onde muitos permanecemos sentados durante parte da manhã, na ECA, olhando no vazio... Nos últimos anos vieram à tona fatos chocantes, como a ordem da chefe do Departamento de Jornalismo para apagar o nome de Herzog do Relatório de Atividades*



Quanto ainda haverá para se descobrir em torno da vida de Vladimir Herzog, morto nas dependências do Destacamento de Operações de Informações (DOI-CODI) do II Exército em 25 de outubro de 1975? Entre agosto e outubro daquele ano fatídico, Vlado foi professor da disciplina Jornalismo Televisionado na Escola de Comunicações e Artes (ECA), como lembram vários de seus ex-alunos. Mas o que houve entre o seu cotidiano docente e as tentativas para apagar sua passagem pela ECA, poucos sabem. Não envolveu apenas a sua memória, mas o futuro de Diléa Frate, aluna recém-formada que começara a dar aulas naquele semestre, praticamente escorraçada da escola pelo diretor Manuel Nunes Dias, depois que ela deixou as celas do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS, a polícia política), onde esteve presa no mesmo período em que Vlado foi morto.

Aquela segunda-feira, 27 de outubro de 1975, em que se soube, na USP, da morte de Herzog, permanece em minha memória: sinto ainda o frio da sarjeta, onde muitos permanecemos sentados durante parte da manhã, na ECA, olhando no vazio, sem entender, querendo saber mais do que havia acontecido. Informações desencontradas, a contradição entre as conversas quase sussurradas e as tentativas de se promover assembléias, ficaram. A sensação de medo, de insegurança, comentários que se multiplicavam em voz baixa. Além da morte de Vlado, que a maioria dos estudantes não havia conhecido pessoalmente, havia ex-alunos e alunos mais próximos do convívio de

muitos que foram presos naquela ocasião e que permaneciam encarcerados. E isso assustava!

Eram tempos em que ainda se falava muito pouco e ficava difícil saber o que realmente acontecia, especialmente para nós, calouros. Ao longo daquela semana, não importava que não houvesse aulas, ninguém deixava de ir à ECA — onde faixas de indignação contra a morte do professor e a prisão de colegas já se espalhavam — mesmo que fosse apenas para tentar conversar, saber. Éramos centenas de estudantes em greve, enfrentando o próprio medo. Mas muito do que eu soube e entendi só foi possível muitos anos mais tarde, como talvez ocorreu com muitos de nós.

***Gabriel Priolli, aluno da ECA em 1972, foi estagiário de Herzog na TV Cultura: “Vlado me chamou à sua sala, na noite de 24 de outubro: ‘Posso ser preso a qualquer momento, então pegue os trabalhos da sua turma e devolva aos seus colegas’, ele me pediu”. No dia seguinte, Vlado estaria morto***

Em 2012, durante reencontro da turma de Jornalismo de 1972, a única a quem Vladimir Herzog deu aulas, o ex-professor foi homenageado. Apesar da passagem dos anos, alguns daquele grupo se lembram dele, com quem, contudo, a maioria realmen-

te teve pouca convivência. História das mais significativas é a de Gabriel Priolli, que lembrou a entrega de trabalhos para avaliação da disciplina, dias antes da morte de Herzog. Priolli, que além de aluno na ECA era estagiário de Herzog no jornalismo da TV Cultura, falou do clima tenso que envolvia quem trabalhavam na emissora, com denúncias contra a “infiltração comunista” que ali estaria acontecendo. “Não estranhei quando Vlado me chamou à sua sala, no início da noite de 24 de outubro, para dizer que a situação estava se agravando e poderia atingi-lo. ‘Posso ser preso a qualquer momento, então pegue aqui os trabalhos da sua turma e devolva aos seus colegas’, ele me pediu. ‘Quando as coisas se acalmarem, a gente vê como faz a avaliação do curso’, registrou Priolli. No dia seguinte, um sábado, Vlado estaria morto e a Priolli só restou devolver os trabalhos aos colegas de turma.

Outro jornalista daquela turma que registrou em artigo o choque daquela segunda-feira foi Paulo Eduardo Nogueira. “Logo cedo, nós nos reunimos na ECA para discutir como enfrentar a situação. Um dos colegas redigiu rapidamente um panfleto para distribuímos no enterro de Vlado e o assinou em nome da Comissão Universitária... Chegando ao cemitério, no fim da manhã, distribuimos o texto para algumas pessoas. Nunca li menção a este detalhe em nenhum lugar. Talvez a panfletagem tenha sido muito discreta, como exigia a época”, descreveu ele, anos depois. Em 2012, Paulo lembrou que não mais do que quatro ou cinco colegas foram com ele ao cemitério num clima de muita tensão.

Daniel Garcia/2004



Professora Alice Mitika

A passagem de Herzog pela ECA por muito pouco não foi apagada. Algo que se iniciou logo após sua morte, e que publicação da professora Alice Mitika Koshiyama, de 2008, denuncia. No artigo “A prática política para ser jornalista”, ela relata o que aconteceu no Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA, naquele segundo semestre. “Colocamos o nome de Vladimir Herzog no rascunho do ‘Relatório de Atividades de 1975’ mas o nome dele foi suprimido do texto ‘oficial’, por ordem da chefe, professora doutora Helda Bullotta Barracco, que arbitrariamente se recusou a ouvir quaisquer protestos, alegando ordens superiores... Todas as pessoas do corpo docente (efetivos, contratados, à espera de contratos e voluntários), exceto Herzog, figuraram no Relatório”.

Documentos comprovam o registro de Alice, até hoje docente do mesmo departamento. Em 13 de agosto de 2012, o diretor da ECA, Mauro Wilton de Souza, em resposta a pedido de informações sobre os

docentes que ministraram disciplinas no Departamento de Jornalismo em 1975 e 1976, encaminhou cópia daquele relatório, à qual faltam algumas páginas se considerada a lógica da numeração dos itens. Em seguida a uma listagem de 39 nomes datilografados à máquina e com a devida identificação da categoria a qual pertenciam como docentes, aparece, escrito à mão, o nome “Wladimir Herzog” (grafado assim, com W). O procedimento se repete na relação de professores e respectivas disciplinas. Em Jornalismo Televisado, oferecido ao 7º semestre, aparece à máquina o nome de Gisela Swetlana Ortriwano e, de forma manuscrita, “W. Herzog”.

Em 2012, Alice explica que professores ministrarem aulas sem contrato, de forma voluntária, como aconteceu com Herzog, não era fato incomum, e diz que outras arbitrariedades, ainda mais graves, ocorreram na Universidade. Mas em seu artigo o comportamento de certos colegas, para os quais Herzog “representava uma presença imper-

tinente”, é motivo de indignação: “Não existiu sequer a possibilidade de vê-lo como um ser humano que havia morrido e deixava filhos, mãe e esposa. A direção do departamento não enviou sequer um voto de pêsames à família do colega falecido”.

*Clarice recorda-se bem de que, após a morte de Vlado, nunca houve qualquer contato da USP, algo da instituição ou dos professores da ECA para com a família. “Todos tinham muito medo. No entanto seus alunos estiveram no enterro, os estudantes foram à missa”*

Clarice Herzog, viúva do jornalista e professor, explica que Herzog gostava de dar aulas para estar em contato com os jovens, e expor as possibilidades de um jornalismo sério apesar dos limites impostos pela Ditadura Militar: “O Vlado começou dando aulas na FAAP [Fundação Armando Álvares Penteado], convidado pelo Perseu Abramo. Havia um projeto sério para o curso de jornalismo e Perseu procurou muita gente boa para trabalhar com ele. Depois, em função da ditadura, Perseu foi despedido e o grupo saiu junto”, conta ela.

Quanto à ECA, Clarice recorda-se bem de que, após sua morte, nunca houve qualquer contato da USP, algo formal da instituição ou dos professores da ECA para com a

36. Sinval Freitas Medina	Auxiliar de Ensino (1111) 40
37. Silvio Mercer Dworecki	Auxiliar de Ensino (1)
38. Sonia Maria Bibe Luyten	Auxiliar de Ensino (124)
39. Wilson da Costa Bueno	Auxiliar de Ensino (111) 40
Wladimir Herzog	

Nome de Herzog foi anotado à mão no relatório de 1975

família. “Todos tinham muito medo. No entanto seus alunos estiveram no enterro, os estudantes foram à missa”. Apesar do silêncio daquele tempo, Clarice se surpreendeu ao saber, por mim, da orientação para que o Departamento de Jornalismo e Editoração ocultasse a passagem de Herzog pela ECA. Foi a primeira vez que ela ouviu tal informação.

Vladimir Herzog chegou à ECA a convite de Diléa Frate. Recém-formada em Jornalismo na própria ECA, ex-aluna brilhante, Diléa fora recomendada por seus professores para assumir algumas aulas e já cursava o mestrado. Uma história que ela conta, destacando que ninguém antes teve interesse em saber detalhes. “Meu projeto de vida era cheio de romantismo: eu não queria ser jornalista. Queria ser professora universitária, achava lindo ser professora da ECA. Os estágios, o trabalho, eram apenas um aprendizado para ser uma docente melhor”, desabafa.

Mas nada aconteceu como ela sonhara aos vinte anos. Diléa, que aparece na listagem oficial de 1975 como professora assistente, em fase de contratação, diz que conseguiu convencer Vlado — amigo muito próximo do também jornalista, ex-aluno da ECA, Paulo Markun, com quem era casada à época — a dar aulas de Telejornalismo, apesar de sua restrição de tempo: “Ele gostava de estar com jovens. Sabia muito de cinema, de televisão, era um tremendo profissional. Eu tinha bom trânsito na escola, não houve restrições ao convite. Eram tempos de distensão, as pessoas acreditavam que o país estava mudando, Vlado e eu não éramos quadros do Partido Comunista [PCB, Partido Comunista Brasileiro]. Ele nem quis discutir salários e acabei acompanhando-o em algumas aulas”, lembra ela.

Só que Diléa foi presa junto com Markun, no dia 17 de outubro, ao lado de vários outros

jornalistas de São Paulo, acusados naquelas semanas de pertencerem ao PCB. Embora esse partido, colocado na clandestinidade, não estivesse envolvido em ações armadas, ele se tornou alvo da Operação Jacarta, violenta iniciativa dos órgãos de repressão política da Ditadura Militar que resultou no assassinato de vários membros da direção do PCB.

Diléa acabou liberada apenas no dia 25, depois da morte de Vlado. “Recebi um recado para que, ao voltar à ECA, antes de qualquer coisa, passasse pela sala do diretor. Estava amedrontada com tudo que enfrentara na prisão, inclusive as torturas, e obedeci. O diretor Manuel Nunes Dias, que me conhecia e com quem eu tivera uma boa convivência como aluna, me passou um ‘sabão’, dizendo que jamais me imaginara uma comunista, que eu o enganara, que tinha destruído minha carreira universitária, que saísse imediatamente dali”.



Daniel Garcia/2011



Clarice Herzog

*Pressionada pelo diretor da ECA, Diléa Frate abandonou as aulas e o mestrado, e não recebeu uma única manifestação de docentes do Departamento. Na Telesp, onde editava *Entrelinhas*, foi demitida no dia seguinte à sua saída do DOPS. “Da noite para o dia virei o diabo. Todo mundo me virou as costas”*

Chocada e intimidada, Diléa efetiamente saiu. E não voltou à USP, até poucos anos atrás. Deixou as aulas, o mestrado, e não recebeu uma única manifestação, sequer, de professores do Departamento de Jornalismo e Editoração. Na Telesp, onde editava a revista *Entrelinhas*, sua demissão

foi formalizada no dia seguinte à saída do DOPS. “Da noite para o dia virei o diabo. Todo mundo me virou as costas”. Nos documentos fornecidos pela ECA em 2012 encontramos confirmações da história relatada por Diléa. No Relatório de 1975, seu nome aparece como docente vinculada à disciplina Jornalismo Informativo, bem como entre professores que tiveram pesquisas individuais referenciadas. No seu caso, na área de Jornalismo de Humor no Brasil e como supervisora de três números do boletim da Agência Universitária de Notícias. Em 1976, porém, seu nome já não integra a listagem dos professores do Departamento.

Há ainda outras questões do Departamento de Jornalismo pouco divulgadas. Foi a própria professora Alice Mitika quem registrou que, naquele segundo semestre de 1975, o “Conselho do Departamento de Jornalismo e Editoração aprovou a contratação de um senhor, João Ulisses Cardoso, que se declarava publicamente ex-jornalista e policial de profissão, negando qualquer afinidade com atividades de ensino e pesquisa”.

Mas há mais: no livro *A Ditadura Encurralada*, Elio Gaspari recuperou documento do Centro de Informações do Exército, de 4/11/1975, que abre outra polêmica: “Durante o tempo em que João Walter Sampaio Smolka ficou à frente do telejornalismo do Canal 2, procurou cooperar com os órgãos de segurança, cooperação essa que se estendia até sua

função na ECA”. Sampaio coordenou o Departamento de Jornalismo e Editoração até abril de 1975, quando deixou a ECA, e foi demitido da TV Cultura em agosto. Dupla coincidência: Herzog passa a atuar na ECA em agosto, para ministrar a disciplina da qual Sampaio era professor até o semestre anterior, e assume na TV Cultura. Em 2004, dois anos após sua morte, Sampaio foi homenageado em seminário realizado no Museu de Arte Contemporânea, quando vários depoimentos apontaram na direção oposta à sugerida pelo documento do Exército. Um deles foi do professor Sinval Medina: “Lembro quando os agentes vieram prender o professor Jair Borin. A ECA vivia os momentos mais duros da Ditadura. Sampaio não pensou duas vezes e insistiu para acompanhar Borin. Queria ter a certeza de que o professor não iria desaparecer pelo caminho”.

Diléa Frate, entretanto, não se surpreende com tais descrições. Conta que quando chegou ao DOPS, vinda do DOI-CODI depois de quatro dias de torturas, sua identificação digital foi feita por Dulcídio Wanderley Boschilia, dublê de juiz de futebol e policial: “Ele riu de mim. Provocou, dizendo que éramos todos muito trouxas, que ele tinha muitos amigos na USP, infiltrados não só na ECA, mas na Universidade inteira”.

A dubiedade do registro da passagem de Herzog como professor da ECA e a “expulsão” informal de Diléa são apenas dois exemplos, entre diversos casos semelhantes. Naqueles anos tornara-se comum na USP que profissionais ministrassem aulas durante meses, sem receber sequer um centavo por seu trabalho e sem que

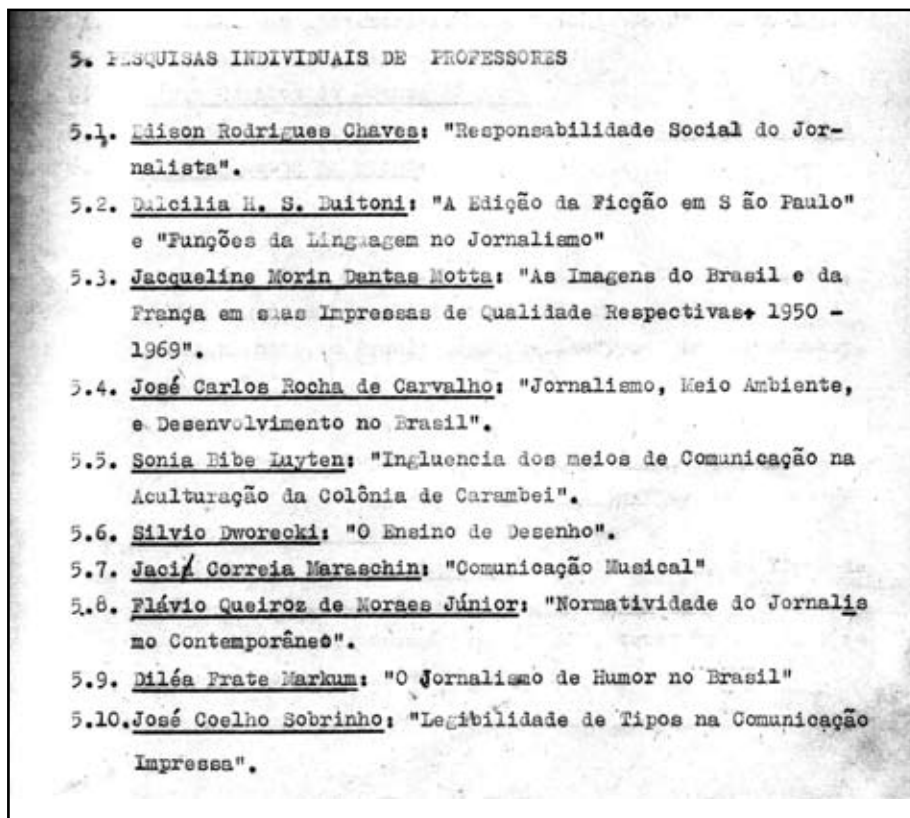
Luana Laux



Diléa Frate

seus vínculos fossem reconhecidos pela Universidade. Por outro lado, havia os professores que aguardavam a formalização de contratos que, porém, nunca chegava a ocorrer, porque eram barrados na “triagem ideológica”.

***“A ‘triagem ideológica’ não deixa nenhum vestígio material, sua sistemática é a seguinte: os processos de contratação devem passar por uma ‘Comissão Especial’ ligada à Reitoria. Neste estágio é feita a consulta aos órgãos de segurança, sem nenhum despacho escrito de modo a não ficar vestígio algum”, afirmou a CPI da USP de 1977***



#### Atividades de Diléa constam do relatório

A existência desse controle ideológico na contratação de professores tornou-se pública pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa de São Paulo sobre a USP: “A ‘triagem ideológica’ não deixa nenhum vestígio material, visto que sua sistemática é a seguinte: na tramitação normal dos processos de contratação devem eles passar por uma ‘Comissão Especial’ ligada à Reitoria. Neste estágio é feita a consulta aos órgãos de segurança, sem nenhum despacho escrito de modo a não ficar vestígio algum. Segundo o parecer oriundo de tais consultas espúrias, a critério do reitor, o processo segue sua tramitação ou é pura e simplesmente arquivado”, afirmou a CPI em seu relatório final, em novembro de 1977.

A CPI chegou a oficiar ao Conselho Universitário da USP, aler-

tando o colegiado sobre as evidências de “um processo ilegal, ainda que informal, que se convencionou chamar ‘triagem ideológica’, isto é, a consideração por parte dos órgãos universitários responsáveis pela contratação de docentes, de razões de ordem ideológica, extra-acadêmica, a determinação à aprovação ou não de qualquer processo de contratação”. Não há nenhuma resposta do colegiado arquivada no processo.

Mas alguns registros sempre escapam. Como o de Diléa. “Preferi seguir olhando para o futuro ao invés de me apegar ao passado, mover processos contra instituições. Me botaram muito medo àquela época e nunca imaginei que resquícios de minha passagem como docente da ECA tivessem permanecido. Felizmente nem tudo some”.

# TORTURAS DO EXÉRCITO LEVARAM ALUNO JUAN FORRASTAL AO SUICÍDIO

Luiza Sansão  
Jornalista



*O militante político sabe dos riscos que corre. Eventualmente, no entanto, o terrorismo de Estado colhe cidadãos comuns em suas engrenagens dilacerantes. Em dezembro de 1968 os irmãos Jorge Rafael e Juan Antonio Carrasco Forrastal, estudantes bolivianos da USP sem militância política, foram presos pelo II Exército e torturados por meses. Embora hemofílico e amputado, Juan não foi poupado: sob o comando do coronel Sebastião Alvim, sua perna ortopédica foi arrancada para as sessões de tortura no QG do Ibirapuera e em Quitaúna. Juan matou-se em 1972, em Madri*

Na crônica das violências da Ditadura Militar contra os estudantes da USP, 17 de dezembro de 1968 ficou marcado como o dia em que o Conjunto Residencial (Crusp) foi invadido por tropas do Exército, Marinha e Força Pública. Mais de mil alunos teriam sido presos. Algumas das histórias relacionadas ao episódio são conhecidas. Outras ficaram esquecidas. Mas engana-se quem pensa que nada de grave aconteceu ali. O episódio da invasão do Crusp teve desdobramentos de tal crueldade e ignomínia que custa descrevê-los. O caso dos irmãos Forrastal impressiona pela covardia dos torturadores e absoluto desrespeito à dignidade humana.

O estudante boliviano Jorge Rafael Carrasco Forrastal, que cursava engenharia na Escola Politécnica, morava no Crusp e estava presente no momento da invasão — logo, foi preso, embora não tivesse qualquer militância política. Ao saber da prisão, seu irmão Juan Antonio, estudante do Instituto de Física, franzino, hemofílico, portador de uma prótese na perna esquerda, foi procurar Jorge Rafael no II Exército. Tudo poderia haver terminado aí. Não terminou.

Juan Antonio foi imediatamente preso. Sequer passou pela cabeça dos militares que, fosse ele um militante político de organização clandestina, jamais apareceria no Exército à procura de qualquer pessoa, muito menos uma semana após a aprovação do draconiano AI-5. Arrancaram-lhe a bengala e a perna ortopédica, surraram-no, e ali apenas começava seu calvário de puro terror.



**Invasão do Crusp em dezembro de 1968**

Jorge Rafael e Juan Antonio Carrasco Forrastal vieram para o Brasil com os pais, Olga Forrastal de Carrasco e Antonio Carrasco Bustillo, em 1965, para tratar a hemofilia de que sofria Juan Antonio, que em seguida teve sua perna esquerda amputada. “A doença de Juan precisava ser tratada no Brasil, pois aqui na Bolívia não havia ainda condições para que sua perna fosse amputada”, conta à *Revista Adusp* sua irmã, Teresa Carrasco de San Martin, hoje com 71 anos. Ela veio para o Brasil mais tarde, em 1984. Hoje vive em La Paz com o marido e a filha, Fernanda San Martin Carrasco.

Teresa explica que não ter envolvimento com atividades políticas era pré-requisito para que estrangeiros obtivessem direito a uma vaga na universidade — era inclusive necessário que assinassem documento garantindo que não tinham participação política — e, assim, Jorge Rafael e Juan Antonio ingressaram

na USP, cursando respectivamente Engenharia Elétrica e Física Nuclear. Nem os estudantes nem seus pais tinham qualquer envolvimento com política, na Bolívia ou no Brasil. Como os filhos não possuíam bolsa de estudos, os pais fizeram grandes esforços para mantê-los no Brasil. Antonio Bustillo era contador e Olga passou a trabalhar como secretária no Conselho Federal de Farmácia, em São Paulo.

De acordo com relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEDMP), de 2006, para o qual prestaram depoimentos os pais dos estudantes e duas amigas da família, “assim que soube da prisão de Jorge Rafael, o irmão foi procurá-lo no II Exército, onde também foi detido sob o argumento de que era aluno da USP”. Teresa acredita que Juan Antonio, que não estava no Crusp no momento da invasão, tenha tomado conhecimento da prisão do irmão dois dias depois.



Em pé: Juan e Jorge. Sentados: Olga, Antonio e Teresa (La Paz, 1964)

***“Meus filhos desapareceram do Hospital Militar e do II Exército [QG] do Ibirapuera. Soubemos que foram levados para o quartel de Quitaúna, onde o comandante era o coronel Alvim. E sob seu comando continuavam as torturas de forma selvagem”, relatou Olga à CEMDP***

Foi no quartel-general do II Exército, no Ibirapuera, que começaram as torturas, a fim de que os estudantes fornecessem informações sobre sua participação em movimento polí-

tico contrário ao governo e sobre colegas com militância. Àquela altura, Olga e Antonio procuravam os filhos em vários quartéis, e os militares se recusavam a fornecer informações sobre onde eles estariam, até que conseguiram encontrá-los no Ibirapuera. “Quando minha avó [Olga] soube o que estava acontecendo e viu que a vida de Juan estava em perigo, procurou o cônsul da Bolívia, Alberto del Carpio, e conseguiu levar Juan para o Hospital das Clínicas. Mas os militares não esperaram a recuperação do Juan e o levaram para o Hospital Militar de Cambuci, em São Paulo”, conta a sobrinha Fernanda. Porém, as torturas não pararam nem mesmo no período em que Juan esteve internado: “No Hospital Militar, não somente continuaram as torturas físicas, mas também psicológicas, e ameaças, inclusive com a possibilidade de desaparecimento de seus pais”, contou Olga Carrasco à CEMDP.

Não se sabe ao certo por quanto tempo Juan Antonio permaneceu internado, mas em depoimento escrito, hoje em posse de Teresa, Olga registrou: “Depois meus filhos desapareceram do Hospital Militar do Cambuci e do II Exército do Ibirapuera. Passados vários dias em que ninguém queria nos dar notícias deles, soubemos que foram levados para o quartel de Quitaúna, de São Paulo, onde o comandante era o coronel Alvim. E sob seu comando continuavam as torturas de forma selvagem (...). A saúde física e psicológica dos meus filhos estava terrivelmente prejudicada, em especial a saúde mental de Juan Antonio”.

Na busca pelos filhos, Olga e Antonio foram diversas vezes intimidados por militares. “O próprio coronel Alvim ameaçou minha mãe. Disse a ela que a posição dele era a do sobrenome dela: Carrasco”, conta Teresa, com a voz embargada. O coronel Sebastião Alvim era o presidente do



Juan na entrada do Instituto de Física da USP (1965)

Inquérito Policial-Militar (IPM) do Crusp. Um veterano da repressão, atuou no navio-prisão Raul Soares, ancorado em Santos e onde submetia os presos a longas horas de permanência na geladeira da embarcação.

As ameaças de morte continuaram enquanto os pais recorriam a autoridades, como o cônsul boliviano, para tirar os rapazes da prisão, vivendo um processo de sofrimento profundo e incertezas com relação ao que aconteceria com Juan e Jorge. No quartel do 4º Batalhão de Infantaria Blindada, em Quitaúna, as torturas se intensificaram, “ocasionando sério desequilíbrio mental em Juan Antonio, que já era fisicamente debilitado”, de acordo com o relatório da CEMDP. Os militares, durante as sessões de espancamento, “tiraram-lhe a perna ortopédica, ocasionando hematomas generalizados, o que foi agravado pelo fato de ser hemofílico”. A crueldade desconhecia limites, exceto o de manter

vivos os supliciados: “Chegaram a queimar seus órgãos genitais com cigarros acesos. Eram também realizados disparos de armas de fogo durante a noite, com o intuito de amedrontar os presos e mantê-los sob constante vigília, causando-lhes sérios traumas psicológicos”.

Não havia acusação formal contra nenhum dos dois. Como explicar, então, o ódio de que foram vítimas? “Quando fomos presos, separaram todos os bolivianos [dos demais estudantes]”, afirma Gonzalo Pastor Castro Barreda, peruano, à época estudante de Engenharia Eletrônica, que atuava como fotógrafo no jornal *Vanguarda*, da AURK, a associação que coordenava os moradores do Crusp, onde morava no apartamento 305-B (vide p. 69). “Os bolivianos presos não foram levados ao DOPS, mas ao II Exército. E os arquivos do II Exército não aparecem”, completa ele, que foi preso na invasão do Crusp e também no Congresso da UNE em Ibiúna,

em cuja organização atuou. “Mas os bolivianos não participavam politicamente. Começou a ser difundida a ideia de que existia uma ligação entre o Che Guevara, que tinha morrido na Bolívia [em 1967], e o movimento universitário”, o que, segundo Gonzalo, teria ocasionado uma perseguição aos estudantes bolivianos no Brasil.

O fato é que o relatório final do Inquérito Policial-Militar do Crusp sequer menciona os irmãos Forrastal. “Havia grande número de estrangeiros entre os residentes do Crusp. Alguns eram clandestinos e outros eram excursionistas andarilhos, que passavam meses residindo em apartamentos”, afirma o documento assinado pelo coronel Alvim, que acusa como participantes de “atividades políticas subversivas” o peruano Gonzalo Barreda, o panamenho Aramis Arauz Guerra, o paraguaio Ruben Anibal Galindo e o espanhol José Cesareo Raimundez Alvarez, todos alunos da Escola Politécnica; o espanhol Ra-



Teresa em La Paz, em foto recente...

mon Varela Gonzalez, aluno da Faculdade de Filosofia; e o boliviano Fabian Nicolas Yaksic Ferandy. Gonzalo e Aramis Arauz eram amigos de Jorge Rafael, o que era simplesmente natural, por serem poucos os alunos de fala espanhola na Politécnica.

***Juan Antonio, uma vez libertado, não conseguiu recuperar-se física e psiquicamente das torturas sofridas. Teresa conta que, traumatizado, seu irmão tinha pavor do barulho das sirenes de ambulância***

O mais espantoso é que ninguém soube o que acontecia aos irmãos

Forrestal, nem mesmo seus amigos próximos, provavelmente devido à separação dos bolivianos dos demais presos. Cacilda Salette Silva, ex-moradora do Crusp conhecida pelos colegas como Sissi, era amiga de Juan Antonio e Jorge Rafael. Militante política, foi presa na invasão e levada ao Presídio Tiradentes, sendo liberada na madrugada do dia seguinte. “Soube de muitos colegas que sumiram, tombaram e foram presos, porém, por incrível que pareça, nunca soube absolutamente nada sobre a prisão e tortura dos irmãos”, conta Cacilda, que cursava Pedagogia e morava no apartamento 610-D.

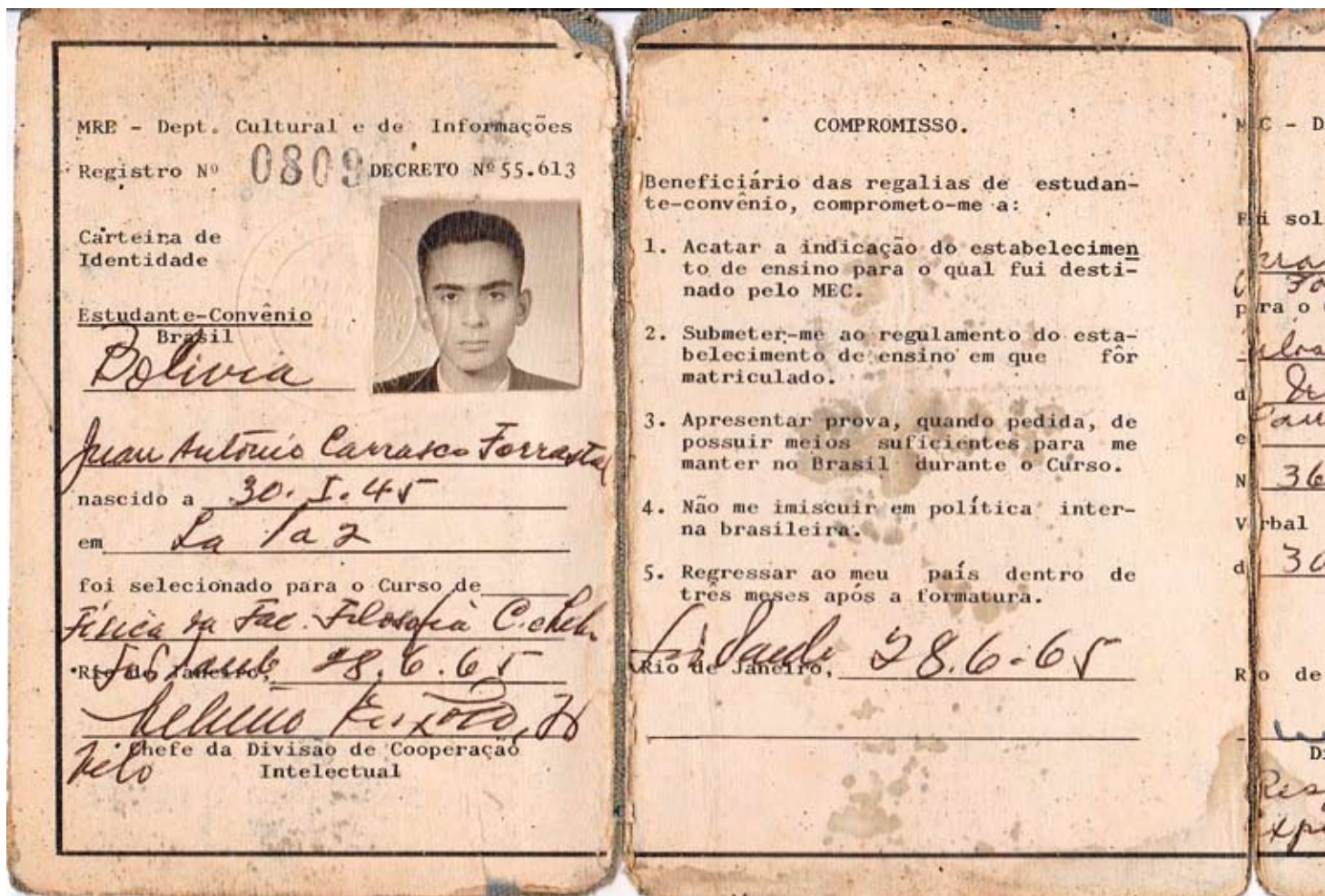
Os irmãos foram postos em liberdade pouco antes do início das aulas de 1969. “Juan Antonio foi libertado antes, porque estava muito mal de saúde”, conta Teresa Carrasco. “O coronel Alvim percebeu que tinha feito do meu filho um demente, que não servia para seus propósi-



... e sua filha Fernanda

tos malévolos, de exigir informações dos demais colegas de universidade. Coisa que meus filhos não deviam comentar, e não comentaram nada porque nada sabiam”, relatou Olga à CEDMP, deixando transparecer a indignação e a dor.

Pouco depois, Jorge Rafael foi solto e, de acordo com registro escrito de Olga, ao final de 1969, “mesmo com graves traumas”, conseguiu se formar antes de completar os 23 anos de idade. “Ele vivia um terror, não queria mais morar em São Paulo e, como tinha muita capacidade, passou num concurso em Curitiba para engenheiro da Telepar [operadora de telefones do Paraná]”, relatou. Casou-se em 1970 e foi viver em Curitiba, assumindo o cargo de engenheiro-chefe. “Estava numa missão quando, num acidente de automóvel, faleceu em 7 de outubro de 1970”, segundo sua mãe. Sua esposa, Elvira Dulce Altoe, encontrava-se grávida. “Jorge pensava que não poderia mais ter filhos, por conta dos choques elétricos que havia sofrido nos órgãos genitais durante a prisão. Então foi uma alegria muito grande para ele quando descobriu que sua mulher estava grávida”, conta a irmã. Em abril de 1971 nasceu sua filha, Rafaela Carrasco Altoe, que Jorge não



Carteira de identidade de Juan, emitida pelo Itamaraty

teve a oportunidade de conhecer, pois fora sepultado em São Paulo seis meses antes.

A tragédia rondava a família Carrasco Forrastal. Juan Antonio, uma vez libertado, não conseguiu, contudo, recuperar-se física e psicologicamente das torturas sofridas. Internado no Departamento de Psiquiatria do Hospital das Clínicas de São Paulo, ali permaneceu por várias semanas. Teresa conta que, traumatizado, seu irmão tinha pavor do barulho das sirenes de ambulância desde que fora levado pelos militares para sua primeira internação durante a prisão. Olga deixou registrada a maneira como tomou conhecimento das diversas formas de agressão usadas contra os rapazes: “As torturas que sofreram

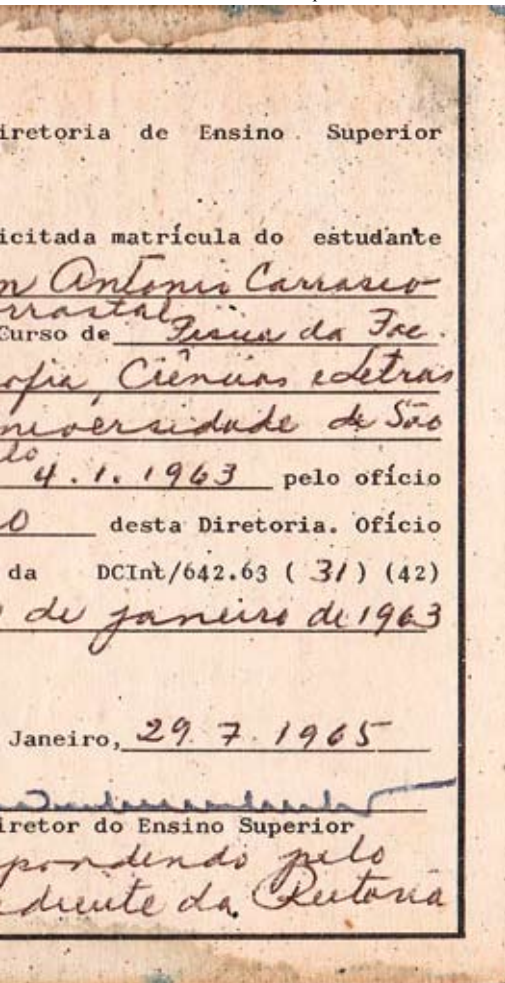
meus filhos soubemos quando Juan Antonio, nos seus momentos de terror, estando doente em casa, falava desses fatos. Meu filho Jorge Rafael tinha medo de falar disso, provavelmente pelas ameaças de represálias feitas quando estavam presos”.

Durante sua internação no Hospital das Clínicas, Juan Antonio, com a saúde mental comprometida, tentou suicídio cortando os pulsos. Seus pais o levaram para casa, mas, como não apresentava melhora, foi novamente internado, desta vez no Hospital Psiquiátrico da Vila Mariana. De acordo com Olga, ao sair deste local ele “não queria mais morar em São Paulo, pois tinha medo de tudo, não se interessava por nada”, nem mesmo pelos estudos de que tanto gostava. “Antes, [mesmo]

com a perna amputada, primeiro com as muletas, depois com a perna ortopédica, por nenhum motivo ele deixava de assistir às aulas”.

Em visita feita ao estudante no hospital, logo após ter sido libertado, Maria de Lourdes Lyrio de Moura, amiga da família, “constatou que Juan tinha os braços enfaiçados e as mãos muito inchadas”, segundo declarou à OAB-SP em 2006. “Juan relatou que fora brutalmente torturado nas dependências prisionais”, acrescentou ela. No período em que esteve internado, ele tentou suicídio duas vezes: na primeira, cortando os próprios pulsos “com uma lâmina de barbear que o enfermeiro tinha usado para lhe fazer a barba”, e depois, ingerindo comprimidos.





otimista e confiante cederia lugar a outro com graves alterações psíquicas, amedrontado com tudo, não podia ver um militar; mesmo faltando apenas um ano para terminar o curso de Física Nuclear, não queria mais voltar às aulas e nem mesmo lecionar conforme fazia antes”.

Os pais dedicaram-se incessantemente à sua reabilitação entre 1969 e 1972, período em que ocorreram diversas internações e tentativas de retomada de seus estudos. “Fazendo novos esforços econômicos, o mandamos à Espanha, onde ele foi internado no Hospital da Cruz Vermelha de Madri”, contou Olga. “Depois de doze dias de internação, em um momento de delírio ele desligou os aparelhos que o mantinham vivo, estando eu na sala de espera dos visitantes. Ele faleceu em 28 de outubro de 1972”.

O corpo de Juan Antonio foi cremado em Madri, mas apenas cinco anos depois seus pais conseguiram trazer suas cinzas para o Brasil. Teresa soube que o irmão havia se suicidado somente em 1994, quando Olga finalmente contou à filha e à neta que Juan não havia morrido atropelado, como familiares e amigos pensavam até então.

“Foram amigos que passaram pela minha vida, como muitos outros, enchendo-me de orgulho por serem pessoas educadas, sensíveis, sinceras, alegres, queridas mes-



Cacilda Salete

mo”, lembra a ex-cruspiana Cacilda, a Sissi, numa menção carinhosa a Jorge Rafael e Juan Antonio. “Tive a oportunidade de no dia do meu *cumpleaños*, 5 de agosto de 1968, almoçar no apartamento dos Carrasco. A família transpirava um ar de muita sinceridade”.

Não há notícia de que a USP tenha procurado intervir em defesa de seus alunos. Aparentemente, a instituição sequer tomou conhecimento das prisões, segundo acaba de declarar o Gabinete do Procurador Geral: “Em atenção ao pedido de acesso à informação protocolado por V. Sa., informamos que a Universidade não dispõe de registros em documentos oficiais sobre a prisão do sr. Juan Antonio Carrasco Forrastal. No mais, informamos que o aluno ingressou no curso de Física em 1963 e manteve-se matriculado até 1971. Não há informação de conclusão de curso”.

***O corpo de Juan Antonio foi cremado em Madri. Teresa soube que o irmão havia se suicidado somente em 1994, quando Olga finalmente contou à filha e à neta que ele não havia morrido atropelado, como familiares e amigos pensavam até então***

Outra amiga da família, Mary Deheza Balderrama, relatou à OAB-SP suas impressões ao visitar Juan Antonio quando ele retornou para casa: “O moço alegre,

## CRUSP, “FOCO DE IRRADIAÇÃO SUBVERSIVA”

Na década de 1960 o Crusp se consolidou como um espaço de articulação política e cultural, onde os estudantes realizavam discussões políticas, grupos de estudos, shows, peças de teatro e inúmeras outras atividades agregadoras. “Aqui em São Paulo, os dois grandes focos de contestação eram a Faculdade de Filosofia e o Crusp”, diz Mouzar Benedito, 65, à época um estudante de Geografia que morava no apartamento 202-F (e hoje autor de *1968, por aí... Memórias burlescas da Ditadura*).

Se, no início, as manifestações estudantis eram restritas às condições de vida dos estudantes no Crusp, como quando houve a manifestação contra o aumento do preço do restaurante universitário (1965), logo, com a crescente conscientização política dos estudantes e as intromissões do governo militar nas normas internas da universidade, a luta do movimento estudantil passou a ser, também, de oposição à Ditadura Militar. Assim, os espaços de representação foram se organizando cada vez mais no Crusp.

Fundada em 1967, a Associação de Universitários Rafael Kauan (AURK) conquistara força política entre as entidades estudantis já existentes e passara a ser foco da atenção dos militares. O IPM do Crusp definiu o alojamento universitário como “um centro turbulento de agitações estudantis e que abrigava grupos esquerdistas do Movimento Estudantil, perigosos. Tornou-se um foco perigoso de irradiação subversiva para a área estudantil e de infiltração na massa operária da periferia desta Capital”.

“A gente estava sentindo que a coisa ia explodir. No dia 13 de dezembro de 1968, anunciaram que o

governo ia lançar uma medida muito radical à noite. Então fomos todos para o Centro de Vivência da USP e vimos, pela televisão, o anúncio de que estava sendo decretado o AI-5. Aí vi que a barra era ainda mais pesada do que eu imaginava”, conta Benedito. Nesse mesmo dia, durante a madrugada, militares e militantes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) dispararam tiros contra os prédios do Crusp.

Invasões policiais já tinham ocorrido outras vezes, e os moradores do Crusp se defendiam jogando pedras e garrafas do alto dos prédios, e esguichando água. Mas desta vez a coisa era diferente: contava com soldados que vinham sendo preparados em quartéis para uma verdadeira guerra. Assim, quatro dias depois da decretação do AI-5, o Crusp foi invadido de madrugada pelas Forças Armadas, com muitos veículos, inclusive tanques de guerra. Cerca de 1.200 estudantes foram presos e levados, em sua maioria, para o Presídio Tiradentes. “Alguns dos que foram presos sem tortura e depois libertados foram novamente presos e aí sofreram violenta tortura”, diz Benedito, que, preso na invasão, passou quatro dias no Presídio Tiradentes, mas não foi torturado. “Eu tive a sorte de ser interrogado no DOPS sem tortura. Então meu nome ficou fichado lá, mas teoricamente eles não precisavam mais me interrogar”, acrescenta.

Após a invasão, o Crusp foi, então, fechado pelos militares, e os estudantes presos não tiveram para onde ir após serem libertados. Apartamentos haviam sido até mesmo saqueados pelos militares, que levaram pertences pessoais dos cruspianos, como roupas, livros e outros objetos.

# DIGNIDADE E AFETO

*As imagens sugerem uma família solidária: formatura em La Paz (1963), os irmãos no Ibirapuera, com o pai Antonio (1965), no centro de São Paulo, com a irmã Teresa (1969), e com Olga na Avenida São Luis (1965)*



Carteirinha de Juan Antonio no Cefisma. Jorge Rafael com a esposa Elvira, em momento de grande felicidade (1970). Nas outras fotos, aparece com amigos: Aramis Arauz (no refeitório, 1965) e este e Vismark Imamura (no Crusp, 1966)

